

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



Medida está alinhada nos princípios constitucionais

Lei expõe falha de serviços que são dever da Prefeitura I

A gestão da pavimentação municipal exige um reflexo crítica sobre a eficiência administrativa. Atualmente, tramita na Câmara um projeto que visa estabelecer mecanismos de fiscalização sobre o serviço, que inclui tapar buracos, correção de alicerces e fissuras, além da conservação da malha viária. A iniciativa, embora fundamental diante da realidade das ruas, revela o despropósito de se fazer necessária a criação de uma lei específica para fiscalizar uma obrigação, um dever, uma incumbência, uma atribuição que é da Prefeitura. E o fato é ainda mais grave ao se constatar que a Pasta detém a terceira maior fatia de recursos das Secretarias Municipais.

Lei expõe falha de serviços II

A fragilidade do serviço prestado atinge um ponto de ruptura tão evidente que a reação surgiu de onde menos se esperava. Causa estranheza, e ao mesmo tempo expõe a gravidade do problema, o fato de que um vereador pertencente à própria base de apoio do prefeito tenha tido que assumir o protagonismo de pela medida. Parabéns ao vereador Otto Alejandro (PL) pela resolução.

Câmara Municipal de Campinas



Sessão será realizada a partir das 18h no Plenário

Câmara vota mudanças a ambulantes I

A Câmara vota nesta segunda (13) o Projeto de Lei Complementar, do Executivo, que estabelece mudanças nas regras para o comércio ambulante. Entre os principais aspectos, a proibição de que um permissionário possua mais de um ponto. Outro aspecto é que a transferência só poderá ocorrer após um prazo mínimo de 3 meses da concessão ou da última transferência. O permissionário que transferir o ponto ficará impedido de solicitar nova autorização por 2 anos.

Câmara vota mudanças II

A proposta também define critérios de ordenamento do espaço urbano. Entre eles, a exigência de distância mínima de 200 metros de escolas, clubes e associações, além de 250 metros entre pontos que exerçam a mesma atividade. Há exceções previstas para eventos culturais, esportivos e turísticos, nos quais será permitida a atuação temporária de ambulantes.

PINGA-FOGO

Dever cumprido I

A fiscalização do transporte público ganha um capítulo ético com a iniciativa do vereador Bene Lima (PL-SP) ao protocolar um requerimento de informações sobre a transição do sistema. Ao questionar o cronograma e a execução do contrato, exerce o papel fundamental de zelador do patrimônio público.

Dever cumprido II

O aspecto mais relevante é que Lima integra a base de apoio do prefeito. Frequentemente, a política sofre com clientelismo, com aliados se limitando a aprovar projetos sem questionamentos. Mas, ao romper com essa lógica, lembra que a fiscalização do Executivo deve prevalecer sobre interesses partidários.

Dever cumprido III

Isso porque a lealdade partidária não pode ser maior que o compromisso firmado com eleitores. A transição de vias é um processo que afeta a mobilidade de milhares, e o requerimento foca em pontos cruciais como prazos de implementação e responsabilidades por falhas operacionais.

Dever cumprido IV

Quando um vereador da base toma a frente dessa cobrança, confere maior legitimidade ao processo de fiscalização, pois indica que o problema atingiu um nível que exige respostas concretas e imediatas, independentemente da proximidade política entre os gabinetes do Paço Municipal e do Legislativo.

Dever cumprido V

A iniciativa ecoa a urgência das ruas ao afirmar que quem depende do transporte não pode esperar. Com isso, o vereador cumpre o rito de ouvir as demandas populares e transformá-las em mecanismos oficiais de controle, garantindo que o Executivo seja instado a apresentar soluções.

Dever cumprido VI

A manutenção da democracia depende do equilíbrio dos Poderes. Uma Câmara que fiscaliza com rigor, mesmo que composta por maioria aliada, evita a estagnação da gestão. A postura eleva o nível do debate político, mostrando que o foco deve ser a entrega de resultados à população.



Vereador utiliza a internet divulgar problemas dos ônibus

Condenado por pedofilia pede cassação de Vini Oliveira

Vereador votou contra a prorrogação do transporte

Raquel Valli

A Câmara Municipal de Campinas registrou um pedido de instauração de Comissão Processante para apurar quebra de decoro parlamentar por parte do vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP). O processo pode culminar na cassação do mandato.

O documento foi assinado pelo advogado Arthur Augusto Campos Freire, mencionando que Vini utiliza as redes sociais para realizar acusações contra empresas do transporte público.

“Fico surpreso com mais um pedido de Comissão Processante contra mim, logo após minha votação contra a prorrogação desses ônibus velhos e a um dia útil da segunda votação que vai prorrogar esse contrato. Logo após meu discurso e posicionamento, enfrente um novo pedido”, afirma o vereador. “É de assustar quando a gente vê quem pede a minha cassação: pasmem. É um advogado condenado por um crime repugnante, asqueroso, nojento: o crime de pedofilia. Quer a cassação do meu mandato pela prerrogativa de fiscalizar o que é do povo. Mas, eu honro cada voto. Não prevariquei em nada”, acrescenta.

A Justiça condenou o advogado Arthur Augusto Campos Freire pela distribuição de material pornográfico, envolvendo crianças, conforme estabelece o artigo 241-A da Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Freire foi Secretário dos Negócios Jurídicos do governo

Edson Moura Junior (PMDB-SP) em Paulínia e Diretor Geral da Prefeitura de Estiva Gerbi na gestão da prefeita Cláudia Botelho (MDB-SP).

O **Correio da Manhã** tentou contatar Freire, mas sem sucesso. O jornal segue à disposição para publicar as considerações do advogado.

Trâmite

A Procuradoria Jurídica da Câmara analisa o pedido para verificar a legitimidade do denunciante e o cumprimento dos requisitos da denúncia.

Caso a documentação esteja em conformidade com a legislação, a admissibilidade da proposta deverá ser lida e votada pelos vereadores em plenário na primeira sessão ordinária após o protocolo, agendada para esta segunda-feira (13).

A aceitação da denúncia depende do voto favorável da maioria simples dos parlamentares presentes na sessão. Em caso de aprovação, ocorre o sorteio de três vereadores para compor a Comissão Processante. Se a maioria rejeitar o pedido, o caso será arquivado.

Imbróglio

A prorrogação dos contratos do transporte coletivo em Campinas avançou na Câmara e depende de aprovação final dos vereadores na quarta (15). O projeto, encaminhado pela Prefeitura, foi aprovado em primeira discussão no dia 8.